

MEMORIAL

Prof. Dra. Celia Maria Marinho de Azevedo

Memorial para Concurso Público de Efetivação como professora de História, IFCH, UNICAMP, entregue em julho de 1995. Concurso realizado em 5 e 6 de março de 1996, na disciplina História dos Estados Unidos (área de História da América), perante a seguinte Banca Examinadora: Professores Paulo Miceli, Michael Hall, Eliane Moura Silva; membros externos: Professores Marco Antonio Pamplona (UFF e PUC), Laura de Mello e Souza (USP).

Minha vida profissional começou bem antes de minha carreira acadêmica como historiadora. Antes de iniciar a carreira de docente e pesquisadora em História, trabalhei como jornalista e socióloga.

ATIVIDADE DE JORNALISTA

Em 1972 eu cursava o segundo ano da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e iniciava os meus primeiros estágios como jornalista em órgãos de imprensa. Também neste período lecionei inglês durante um ano na Escola Vox de Idiomas, no centro de

São Paulo.

De 1972 a 1979 fui jornalista, atuando em geral como repórter em jornais e revistas de São Paulo. Além de ter estagiado no jornal *Shopping News*, fui aprovada no concurso de seleção de estagiários promovido pela Editora Abril, em 1974. Neste concurso uma das provas mais difíceis era participar de uma entrevista coletiva com o jornalista Leo Gibson Ribeiro e, em seguida, discorrer oralmente, frente a uma banca de cerca de oito jornalistas, o que eu escreveria a respeito do entrevistado. Lembro-me de ter-lhes dito que Ribeiro parecia ser um homem extremamente amargurado com a vida e que tentava disfarçar isto atrás de uma permanente máscara de sarcasmo.

Fui aprovada nesse concurso e trabalhei durante um ano em estágio remunerado como repórter de *Veja*, *Realidade* e revistas técnicas. A experiência em *Veja* foi a mais estimulante, embora alguns problemas da vida de uma jornalista já tenham se mostrado com nitidez naquele momento. O que mais me desgostou foi o dia em que eu fui chamada a fazer uma "matéria da casa". Havia um médico geriatra, relacionado com a mulher de alguém da alta chefia de redação, que estava a fazer alguns experimentos com indigentes idosos internados no Hospital do Juqueri em Franco da Rocha, SP. Obviamente esperava-se que eu fizesse uma matéria mostrando o valor dessa atuação médica. Lembro-me de ter percorrido aquele longo quarto onde se amontoavam cerca de vinte velhos carcomidos e abandonados, tendo ao lado o meu entrevistado, um médico muito falante, orgulhoso de suas experiências com aqueles idosos do Juqueri, e cujos resultados ele esperava que pudessem trazer benefícios aos clientes de sua clínica particular.

Depois dessa reportagem, comecei a achar que a amargura perante a vida, detectada no

entrevistado do concurso de ingresso na editora, fazia algum sentido. Consolei-me, porém, com a ideia de que uma vez ultrapassada a fase de "foca", eu já não teria de fazer "matérias da casa".

Após minha graduação como jornalista em 1974, continuei a trabalhar ainda por alguns anos como repórter, "copy-desk" e também tradutora da agência de notícias UPI nos idiomas inglês e espanhol. Permaneci mais tempo, de 1975 a 1976, trabalhando no *Diário de São Paulo* e *Diário da Noite*, ambos da empresa Diários Associados. Aqui também, embora não fosse mais "foca", tive de fazer muitas "matérias da casa".

Estes foram anos magros para os jornalistas, sobretudo os iniciantes como eu. Em plena época da ditadura militar, não sobrava muito além das matérias encomendadas e outras de menor interesse como esperar durante todo um dia no aeroporto de Congonhas a chegada do General Spínola. Foi nessa época que comecei a descobrir que gostava muito de pesquisar jornais antigos. Lembro-me de uma matéria especial sobre grilagem de terras nas periferias de São Paulo. Além de visitar bairros distantes e entrevistar moradores, pesquisei jornais de décadas passadas pertencentes ao arquivo dos Diários Associados. Percebi que era importante desvendar como se montavam os mecanismos de grilagem das terras. Tanto me envolvi com esta matéria e tanto pesquisei que, afinal, o meu artigo acabou sendo arquivado. Disseram-me que ele contrariava interesses "da casa".

NOVAS PERSPECTIVAS: O RETORNO A UNIVERSIDADE

Em 1976 decidi que precisava voltar a estudar. Prestei vestibular, e em 1977 comecei a

cursar Ciências Sociais na Universidade de São Paulo. Ao mesmo tempo continuei ainda a trabalhar como repórter até a primeira metade de 1979. Nesta época sentia que o estudo me puxava cada vez mais e o jornalismo cada vez menos. Através de amigos que cursavam o Mestrado em História da Universidade Estadual de Campinas, comecei a me inteirar dos debates que então se faziam naquele curso. Soube que o próximo concurso seria para uma única linha de pesquisa, "Agricultura e Capitalismo". Isto me interessou muito, pois neste momento eu estava começando a me desiludir com as análises que se centravam exclusivamente no papel revolucionário da classe operária, relegando aos outros agentes da história, como os camponeses, o triste papel de contra revolucionários ou pequeno-burgueses reformistas.

Durante seis meses li intensamente a chamada historiografia da transição do trabalho escravo ao livre, bem como obras clássicas obrigatórias a qualquer um que pretenda iniciar a carreira de historiador. Naquela época o concurso para o mestrado em História na UNICAMP se constituía de um exame escrito sobre tema divulgado na hora, além da entrevista e do exame de idioma (inglês). O exame era muito difícil e, ainda hoje, o considero uma prática muito salutar. O candidato precisava realmente demonstrar seu conhecimento a respeito da historiografia, o que sem dúvida contribuía muito para a qualidade dos cursos a serem feitos no mestrado, bem como para a pesquisa de tese.

De 1980 a 1985 eu fiz o mestrado em História na UNICAMP e aproveitei também para finalizar meu curso de graduação nas Ciências Sociais da USP. Recebi uma bolsa de estudos de dois anos da CAPES, e outra de dois anos e meio da FAPESP. Com isso pude me dedicar inteiramente ao estudo e pesquisa de mestrado nesse período.

Fiz os seguintes cursos de mestrado no Departamento de História da UNICAMP:

“Metodologia da História”; “Técnicas de Pesquisa”; “História Econômica Geral”;
“Historiografia Brasileira”; “História Econômica do Brasil”; “Tópicos Especiais I: Capitalismo e
Agricultura”; “Seminário de Tese I: Capitalismo e Agricultura”; “Tópicos Especiais III:
Capitalismo e Agricultura”; “Seminário de Tese III: Capitalismo e Agricultura”.

Além disso, fiz três disciplinas de mestrado, como domínio conexo, no Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: “Sociologia da Sociedade Agrária”; “Campesinato e Política”; “Estudo de Problemas Brasileiros”.

A DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A dissertação de mestrado intitulou-se: "O Negro Livre no Imaginário das Elites - Racismo, Imigrantismo e Abolicionismo em São Paulo, século XIX". A Banca Examinadora foi composta pelos professores Peter Louis Eisenberg - o orientador da tese -, Robert W. Slenes e Clovis Moura (membro externo), os quais me conferiram o grau de mestre com "A excelente", em 28 de maio de 1985.

O problema que eu me colocava no início da pesquisa de mestrado era o seguinte: a situação marginal do negro em relação aos trabalhadores estrangeiros tem sido tratada na maioria dos estudos como algo já dado e inevitável, em decorrência de uma suposta influência deformadora da escravidão e conseqüente incapacidade do negro para o trabalho não

imediatamente coercitivo. Mas até que ponto a imagem de uma massa inerte, desagregada, inculta, sem grande importância histórica naquele momento, na medida em que já teria saído marginal da escravidão, não surgiu do âmago de formulações de teor étnico-racista que justamente procurariam com isso justificar a necessidade de imigração europeia em substituição ao negro?

A pesquisa em várias fontes primárias do século XIX teve como resultado uma tese em dois volumes de 446 páginas e a seguinte conclusão: o trabalhador negro do século XIX - escravo e livre - passou a ser desqualificado como força de trabalho, e também como futuro cidadão brasileiro à medida que cresciam as possibilidades de uma grande imigração europeia, impulsionada por uma corrente de políticos imigrantistas de São Paulo, contando ainda com a simpatia de diversos abolicionistas. A preocupação com o aumento dos crimes e revoltas de escravos na província de São Paulo durante a década de 1870 contribuiu para consolidar a política imigrantista. Argumentos construídos com base nas teorias científicas raciais eram cada vez mais usados ao longo dos anos 1870 e 1880 para descartar os descendentes de africanos. Os negros eram definidos como membros de uma raça inferior tendente fatalmente à ociosidade, à desagregação social e ao crime. Apenas o imigrante branco poderia instaurar um tempo de paz e de progresso no país, contribuindo para a formação de um verdadeiro povo brasileiro e para a construção de um "novo Brasil". A argumentação herdada dos imigrantistas do século XIX havia permanecido na historiografia do presente, destituída, porém, do seu teor racista. Assim, convencionou-se explicar a "recusa" do negro em trabalhar devido ao "fator herança da escravidão" ou "traumatismo" do escravo, pois para ele a liberdade seria o contrário do trabalho.

Minhas questões e minha pesquisa me levavam a colidir com certas proposições da eminente Escola de São Paulo, o que de certo modo me preocupava. Afinal eu era uma iniciante e a tese era de mestrado. Peter Eisenberg, o orientador da tese, estimulou-me a continuar com uma frase curta, muito expressiva da sua personalidade franca e direta: "Se eles [os representantes da Escola de São Paulo] são grandes, é porque um dia ousaram desafiar os grandes". A orientação de Peter Eisenberg se fazia através de muitos pequenos e sábios conselhos como estes. A ele sem dúvida devo minha iniciação intelectual e prática no mundo acadêmico.

Terminei o curso de graduação em Ciências Sociais no final de 1983 e coleí grau em 1984. Um ano depois defendi minha dissertação de mestrado em História. A concomitância destas duas atividades de estudo - a graduação em Ciências Sociais e o mestrado em História - foi muito salutar. São duas áreas irmãs, onde se tratam afinal das mesmas temáticas e problemas, mas com ênfases diferentes. Do lado das Ciências Sociais, um maior rigor teórico, e por vezes a impressão que falta terra firme aos pés. Na História, um maior rigor empírico, e a teoria sem merecer muito relevo, por vezes sendo mesmo recusada como "coisa de sociólogo". De um lado e de outro, ênfases distintas em resposta ao velho problema da relação entre teoria e *praxis*.

Meu sentimento de estranheza diante dessa compartimentação das ciências humanas encontrou resposta nos conselhos dados por Lucien Febvre aos estudantes de história: "Para fazer história, virem resolutamente as costas ao passado e antes de mais vivam. Envolvam-se na vida. Na vida intelectual, sem dúvida, em toda a sua variedade. Historiadores, sejam geógrafos. Sejam também juristas e sociólogos, e psicólogos; não fechem os olhos ao grande movimento que, a

vossa frente, transforma, a uma velocidade vertiginosa, as ciências do universo físico. Mas vivam, também, uma vida prática. Não se contentem com presenciar da costa, preguiçosamente, o que se passa no mar em fúria" (in *Combates pela História*, Lisboa: Presença, 1985; p. 40).

ATIVIDADE DE SOCIOLOGA E TENTATIVAS DE INICIAR CARREIRA DE HISTORIADORA

Após tornar-me mestre em História, iniciei por contingência de vida, uma segunda atividade profissional, a de socióloga. A professora Carmem Lucia Barroso, de quem fora aluna no curso de Ciências Sociais, me convidou no início de 1985 a integrar sua equipe de pesquisa na Fundação Carlos Chagas, em São Paulo.

Trabalhei nessa instituição durante um ano e meio em pesquisa sobre a gravidez na adolescência, patrocinada pela UNICEF. De certo modo eu me senti de novo no campo do jornalismo, pois tive de entrevistar muitas adolescentes com filhos pequenos ou recém-nascidos. Mas além das entrevistas, era preciso estudar uma literatura específica e articular uma análise qualitativa. O aspecto mais enriquecedor foram as várias visitas que fiz à *Casa das Mães Regina Coelli* da unidade da FEBEM no bairro do Pacaembu, em São Paulo. Lá eu entrei em contato não só com adolescentes grávidas e só - a mais nova delas tinha apenas 10 anos de idade! -, como puder ler os prontuários dessas menores, anotados meticulosamente por assistentes sociais e funcionários administrativos. O resultado desta pesquisa na FEBEM foi redigido por mim e encontra-se no capítulo "Institucionalizando o Desamparo" do livro coordenado por Carmem Barroso, *Gravidez na Adolescência* (São Paulo: Fundação Carlos Chagas/ UNICEF, 1987).

Meu estudo recebeu este título porque foi este o sentido que captei nas entrevistas com as menores, assistentes sociais, psicóloga, diretora da *Casa das Mães*, e na leitura dos prontuários. A essas meninas não se reservava nada além do ensinamento das chamadas prendas domésticas. Assim que elas tinham os filhos, de quem eram separadas após seis meses, as assistentes sociais encaminhavam-nas para servir em "casas de família". O grande problema é que muitas meninas se revoltavam e fugiam; as assistentes sociais registravam seu espanto nas entrevistas e nos prontuários. - "Como é que elas não querem ser domésticas? E será que elas podem ser outra coisa?!" Era o desamparo institucionalizado.

Enquanto trabalhava como socióloga na Fundação Carlos Chagas procurei de algum modo ingressar na carreira de historiadora. Comecei a lecionar "História do Brasil" na Faculdade Nossa Senhora do Patrocínio, em Itu, no segundo semestre de 1985. Mas este emprego não passou de um semestre. As viagens para Itu saíam mais caras do que o meu salário, e o nível precário de formação e de conhecimento dos alunos era alguma coisa que eu não poderia resolver com minhas aulas.

Neste período o meu vínculo com história se mantinha ainda no trabalho de edição de minha dissertação de mestrado. As 400 e tantas páginas foram reduzidas para a metade, atendendo sugestão de um dos membros da Banca Examinadora, professor Robert Slenes, e também a pressão das editoras que recusavam calhamaços, sobretudo de desconhecidos como eu. Assim, os três primeiros capítulos da dissertação, que formavam o seu primeiro volume, foram sintetizados no primeiro capítulo do livro *Onda Negra, Medo Branco - O Negro no Imaginário das Elites, Século XIX*, publicado pela Editora Paz e Terra, em outubro de 1987. O livro faz parte

da coleção Oficinas da História, coordenada pelo professor Edgar De Decca.

Além disso, desde que defendi a dissertação de mestrado recebi alguns convites de instituições de ensino interessadas em me ouvir falar sobre o meu trabalho. Resumindo: uma comunicação sobre "O Medo na História do Brasil: senhores assassinados e a luta pela abolição" na Primeira Reunião de Trabalho do Núcleo de São Paulo da ANPUH, em 17 de maio de 1985; outra comunicação sobre "A Condição Marginal do Negro Brasileiro" durante a *Jornada do Negro na Assembleia Constituinte*, promovida pelo Movimento Negro Unificado e Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da UNICAMP, entre 19 e 23 de novembro de 1985; uma palestra sobre "Imigrantismo e Racismo: a reação dos políticos paulistas e a onda negra", durante o *Seminário Permanente de Estudos da Família e População no Passado Brasileiro*, da Universidade de São Paulo, em 28 de maio de 1986; uma comunicação sobre "Imigração e Racismo", durante o *Oitavo Encontro da ANPUH*, realizado na Universidade Estadual de Campinas entre 1 e 5 de setembro de 1986.

O INÍCIO DA DOCÊNCIA EM HISTÓRIA NA UNICAMP

No início de 1986, abriram-se as inscrições para concurso de professor MS-2 de História na UNICAMP. A seleção constituiu-se em exame de currículo e da dissertação de mestrado. Fui aprovada em primeiro lugar e comecei a trabalhar na UNICAMP, em maio de 1986. Iniciava assim a minha terceira atividade profissional, desta vez enquanto carreira acadêmica, e como historiadora. O meu primeiro curso na UNICAMP foi "História Moderna II". Como professora,

estudei intensamente as histórias da Revolução Francesa e Revolução Industrial. Só então compreendi o que Peter Eisenberg costumava dizer: "o professor é o eterno estudante". A experiência como professora foi muito estimulante, sobretudo devido à presença ativa de alunos muito interessados na matéria.

Em junho de 1987 os meus vínculos anteriores com a Fundação Carlos Chagas me abriram a oportunidade de participar de um encontro em New York. Fiz uma comunicação sobre "Philanthropy and Brazilian Women's Movements", durante o Congresso *Women and Philanthropy: Past, Present and Future*, promovido pela City University, em New York, com apoio da Fundação Ford, em 17 e 18 de junho de 1987. A Fundação Ford concedeu-me auxílio para passagens e hospedagem durante os dias do evento. Após ter participado deste Encontro, recebi convite para integrar o "Advisory Board" da revista *Gender & History*, publicada pela Basil Blackwell de Oxford, Inglaterra, desde 1988.

Entre agosto de 1986 e o primeiro semestre de 1988, ofereci os seguintes cursos na UNICAMP: "História Moderna II" (segundo semestre de 1986); Tópico: "A Ideia de Revolução na Primeira, Segunda e Terceira Internacionais" (primeiro semestre de 1987); "História Moderna II" (segundo semestre de 1987); Tópico: "Leituras Dirigidas" (segundo semestre de 1987); Tópico: "Relações Raciais na História do Brasil", (primeiro semestre de 1988).

Ao iniciar minha carreira de historiadora, fiz também algumas traduções de artigos publicados em inglês:

- Peter Linebaugh, "Todas as Montanhas Atlânticas Estremeceram", *Revista Brasileira de História*, vol.3, n.6, ANPUH, São Paulo (setembro 1983): 7-46; publicado originalmente como

"All the Atlantic Mountains Shook", *Labour/Travailleur*, n.10 (Autumn 1982): 87-121.

- Verena Stolcke e Michael M. Hall, "A Introdução do Trabalho Livre nas Fazendas de Café de São Paulo", *Revista Brasileira de História*, vol.3, n.6 (setembro 1983):80-120; publicado originalmente em *Journal of Peasant Studies*, Londres, vol.10, n.2-3 (janeiro/abril 1983).

- Robert D. Storch, "O Policiamento do Cotidiano na Cidade Vitoriana", *Revista Brasileira de História*, vol.5, n.8-9, (setembro 1984/abril 1985): 7-33.

- Peter Linebaugh, "Réplica", *Revista Brasileira de História*, vol.8, n.16 (março/agosto 1988): 221-231; publicado originalmente como "Reply", *Labour/Le Travailleur*, n.14 (1984): 173-81.

- Robert Sweeny, "Outras Canções de Liberdade: uma crítica de 'Todas as Montanhas Atlânticas Estremeceram'", *Revista Brasileira de História*, vol.8, n.16 (março/agosto 1988): 205-219; publicado originalmente como "Other Songs of Liberty: A Critique of 'All the Atlantic Mountains Shook'", *Labour/Le Travailleur* n.14 (1984): 161-173.

- Eric Foner, "O Significado da Liberdade", in *Revista Brasileira de História*, vol.8, n.16 (março/agosto 1988): 9-36; publicado originalmente como "The Meaning of Freedom", *Radical History Review*, n.39 (setembro 1987): 92-114.

DOCTORADO EM HISTÓRIA

Mas era preciso agora pensar no meu doutorado. Há muito tempo que eu planejava fazer meu doutorado nos Estados Unidos. Anos atrás eu havia visitado amigas americanas em

Universidades do Michigan e nunca havia me esquecido da visão de suas salas de aula, de suas vastas bibliotecas e do movimento palpitante que eu sentira nos *campi* universitários.

Posteriormente eu ficara particularmente impressionada com o *campus* e, sobretudo, a biblioteca de cerca de seis milhões de livros, da Universidade de Columbia, que visitei durante minha estada em New York, em junho de 1987. Mas, sobretudo, a minha dissertação de mestrado deixara claro para mim que era preciso uma incursão aprofundada na vasta literatura relativa às chamadas "relações raciais", produzida nas universidades dos Estados Unidos.

Um ponto em particular me chamara a atenção durante a minha pesquisa de mestrado: as insistentes referências de abolicionistas brasileiros às relações raciais conflituosas nos Estados Unidos, formando como que pilares de um discurso voltado para provar as relações raciais harmoniosas entre negros e brancos no Brasil. Ao enfatizar o excepcionalismo das relações raciais pacíficas no Brasil, os abolicionistas brasileiros permitiram-me visualizar a construção do mito do paraíso racial brasileiro. Para eles, a possibilidade de instauração de uma democracia racial no Brasil estaria assegurada desde que a abolição se fizesse, combinada com algumas reformas fundiárias. As "raças" se integrariam com naturalidade, uma vez que aqui, diferentemente dos Estados Unidos, não haviam germinado e se desenvolvido ódios raciais.

O professor Peter Eisenberg me apoiou desde o início e me incentivou a fazer o doutorado na Universidade de Columbia, onde ele mesmo se doutorara. Inscrevi-me para um concurso de bolsa de estudos de doutorado, de duração de três anos, promovido pela Comissão Fulbright. O concurso consistiu de análise de currículo, da média obtida no exame de inglês Toefl (597 pontos), de uma entrevista em inglês com uma banca examinadora formada por seis

americanos, e de uma entrevista em inglês com uma professora do IEL, UNICAMP. Além disso, era preciso apresentar prova de aceitação em Universidade americana. Meu ingresso foi aceito pela Graduate School of Arts and Sciences (GSAS) da Universidade de Columbia e também pela New School for Social Research. Esta última me ofereceu, inclusive, uma bolsa de estudos complementar. Mas eu me decidi pela Universidade de Columbia por considerá-la mais apropriada aos meus objetivos.

Obtida a aprovação nesse concurso da Fulbright, meus colegas do Departamento de História da UNICAMP me concederam dois anos de afastamento, o primeiro com remuneração, e o segundo com prejuízo de vencimentos. Observe-se aqui que o primeiro ano de afastamento, sem prejuízo de vencimentos, foi concedido atendendo-se às seguintes condições: 1. durante um semestre eu deveria acumular duas disciplinas como forma de compensação adiantada ao Departamento pela minha ausência; 2. quanto ao outro semestre, eu adquirira direito de afastamento, sem prejuízo de vencimentos, por ser mestre e estar desenvolvendo atividades ligadas ao meu doutorado, conforme Portaria da Reitoria visando a incentivar o doutoramento dos docentes da UNICAMP.

Para cumprir com a primeira condição, isto é, dobrar a carga horária de disciplinas durante um semestre, ministrei duas disciplinas no segundo semestre de 1987: “História Moderna II” e Tópico HH 708 (Tópicos Especiais em História VIII) - "Leituras Dirigidas". Nesta última disciplina tive 29 alunos matriculados, sendo que 14 estiveram sob a minha orientação direta, desenvolvendo trabalhos relacionados à Revolução Francesa, Revolução Russa e Relações Raciais. Os outros 15 alunos estiveram sob a minha supervisão, mas foram orientados por outros

professores do Departamento.

O ano de 1988 foi um ano extremamente agitado para mim. Ele começou muito mal com a morte do Professor Peter Eisenberg, em janeiro de 1988. Mas neste momento eu comecei a perceber o verdadeiro significado da palavra "carreira". É de fato uma carreira, e há momentos em que mal se tem tempo para respirar e refletir sobre os grandes baques da vida. Minha dissertação de mestrado havia se tornado livro meses atrás e eu recebi alguns convites para falar sobre o meu trabalho. Além disso, o centenário da Abolição, em maio de 1988, fazia crescer o interesse público em torno da história do negro, do racismo, do processo abolicionista e da escravidão em termos mais gerais. O Departamento estava organizando um Congresso comemorativo do centenário da Abolição no qual eu tive participação. Chegavam-me também convites de outras instituições que organizavam encontros comemorativos. Por fim, eu tinha de organizar a minha mudança para os Estados Unidos em julho de 1988.

Em termos resumidos, durante o primeiro semestre de 1988 fiz uma comunicação sobre "Os Abolicionistas e o Destino do Negro no Brasil", durante o *Encontro Primeiro Centenário da Lei Áurea*, promovido pela Comissão da Prefeitura de Campinas para o Centenário da Lei Áurea, em 16 de abril de 1988; uma palestra sobre "Abolicionismo e Memória das Relações Raciais", durante o *Primeiro Colóquio de Pesquisadores* do Museu da Casa Brasileira, em São Paulo, em 5 de maio de 1988; outra palestra sobre "A Ideologia do Branqueamento e a Democracia Racial", durante o *Colóquio Negritude e Racismo*, promovido pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) e pelo Grupo Negro da PUC, em 19 de maio de 1988; uma breve fala sobre "Peter Eisenberg e a Universidade", na abertura da mesa redonda coordenada por mim,

"Trabalho, Disciplina e Integração Social", durante o *Simpósio Histórias de Liberdade*, promovido pela Universidade Estadual de Campinas, em 1 de junho de 1988; uma comunicação sobre "Abolicionismos", durante o *Congresso Internacional Escravidão e Abolição*, promovido pelas Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense, em Niterói, Rio de Janeiro, em 14 de junho de 1988.

No ano de 1988, publiquei também os seguintes artigos:

- "Batismo da Liberdade: os abolicionistas e o destino do negro", *História: Questões e Debates*, vol.9, n.16, Curitiba, Associação Paranaense de História (junho 1988): 38-65.

- "Abolicionismo e Memória das Relações Raciais", *D.O. Leitura*, edição especial sobre Escravidão e Abolição, Secretaria de Estado da Cultura, São Paulo (outubro 1988): 6-7.

- "Sinal Fechado para os Negros na Rua da Liberdade", *Humanidades*, Universidade de Brasília, D.F., vol.5, n.17 (1988): 8-12.

Em julho de 1988 mudei-me para os Estados Unidos para iniciar meu doutoramento. De 29 de julho a 18 de agosto de 1988 fiz o curso "Preacademic Orientation Program for Internacional Scholars", oferecido pelo Intensive English Language Institute da State University of New York, em Buffalo, e subsidiado pela Fulbright, conjuntamente com o Latin American Scholarship Program of American Universities - LASPAU. Bolsistas do mundo inteiro se reuniram nesse local para fazer este curso e se inteirar daquilo que os professores insistiam em chamar de "cultural shock". Para mim, foi de fato uma espécie de choque cultural ver tantos professores empenhados em convencer os alunos de que não era preciso se assustar com a

informalidade dos americanos. E, no entanto, todos eles me pareciam tão extremamente formais... É claro que logo percebi que o público que eles costumavam visar eram os asiáticos. Os bolsistas japoneses estavam particularmente encantados com a “informalidade” americana.

Após minha experiência como doutoranda nos Estados Unidos, eu me pergunto se há outro sistema acadêmico mais carregado de formalidades que o sistema americano. As formalidades são, entretanto, benéficas, pois elas se traduzem num extremo rigor quanto à pontualidade, aos prazos, ao cumprimento das obrigações acadêmicas, ao rigor na busca do conhecimento, ao reconhecimento da hierarquia com base no saber.

Logo aprendi que as passagens formais de um estágio ao outro no curso de Pós-Graduação eram inúmeras, e que o fato de ter sido aceita como bolsista de doutorado, não significava a minha incorporação automática no doutorado. Para começar havia os cursos - três cursos por semestre - com seus trabalhos e exames. A carga de leitura era imensa; semanalmente eu me via às voltas com a necessidade de ler entre 500 a 1000 páginas (as leituras assinaladas pelos professores, em seus programas de curso, referiam-se muitas vezes a livros inteiros, e não a capítulos). Além disso, era preciso obter o "Advanced Standing", com base no fato de que eu já havia obtido o grau de mestre em meu país: ou seja, eu poderia ter os três anos de curso encurtados para um ano e meio desde que escrevesse uma tese de mestrado ao longo de um curso de tipo seminário ("Seminar") de duração de dois semestres. Deveria também fazer dois exames de idioma - francês e espanhol - os quais prestei e fui aprovada em setembro de 1988.

Ao terminar o meu primeiro semestre na Universidade de Columbia, ou seja, em dezembro de 1988, transferi-me do Programa de História da América Latina para o Programa de

História dos Estados Unidos. Percebi que para cumprir com o meu objetivo de fazer uma pesquisa de história comparada dos Estados Unidos e do Brasil, eu deveria estar inserida em uma área onde só se estudasse a história dos Estados Unidos.

Assim, matriculei-me na disciplina "First Year Seminar in American History II" e iniciei minha pesquisa de tese de mestrado. Fui aprovada nessa disciplina com a tese "The Closing of the Gates: The debate on immigration restriction and deportation in the United States, 1910" (52 páginas, junho 1989). Nesse sistema de mestrado, as teses constituem-se em pesquisa de uma fonte primária combinada com estudo da historiografia, e devem conter cerca de 30 páginas.

O objetivo principal desse ensaio de mestrado era examinar como a questão da deportação foi debatida nos Estados Unidos durante a primeira década do século XX, ou seja, alguns anos antes que a deportação massiva de estrangeiros classificados como "un-Americans" tivesse início de fato. A fonte primária pesquisada foi o Relatório da Comissão Dillingham, publicado em 42 volumes, em 1911. Esse Relatório foi o resultado de mais de três anos de trabalho desenvolvido pelos membros da Comissão especial de Imigração, criada pelo governo federal americano em 1907 para avaliar o problema da imigração. Segundo historiadores da política de restrição à imigração nos Estados Unidos, os resultados apresentados por este Relatório determinaram em grande parte o caráter ultra restritivo da legislação imigratória dos anos de 1920. Entretanto, conforme pude averiguar ao pesquisar o Relatório Dillingham, as organizações civis que compareceram perante a Comissão do Senado em 1910 para prestar informações sobre a imigração e apresentar suas opiniões e propostas, estavam longe de alcançar um consenso sobre a questão. Embora o princípio da deportação não fosse posto em causa, as

organizações entrevistadas oscilavam entre opiniões restricionistas, abertamente racistas e contrárias à imigração de judeus da Rússia e italianos da Sicília e opiniões anti-restricionistas, preocupadas, porém, em assegurar o mercado de trabalho para os americanos, sem, no entanto, praticar arbitrariedades de cunho discriminatório.

Desta forma consegui o reconhecimento do meu "Advanced Standing", e concluí o segundo ano de disciplinas. Os cursos feitos foram os seguintes: "Afro-American History to 1900"; "Latin American Civilization I"; "First Year Seminar Latin American History I"; "Political and Social Processes in Nineteenth and Twentieth Centuries Mexico"; "Radical Tradition in America"; "First Year Seminar in American History II"; "The South After Reconstruction"; "History of Women in America, 1700-1900"; "Literature of American History". Foi um total de nove cursos, além de quatro como ouvinte: "History of the New South"; "History of the American Revolution"; "History of Great Britain, 18th century"; "The United States in the Era of Slavery and Jacksonian Democracy, 1815-1850".

Após a conclusão dos cursos ao final do ano de 1989, teve início uma segunda etapa: a preparação para os exames orais nas duas áreas de concentração escolhidas: História dos Estados Unidos, da Era Colonial até o presente ("major area" ou área maior de concentração) e História da Grã-Bretanha, 1688-1832 ("minor area" ou área menor de concentração).

A preparação para estes exames orais foi feita ao longo do ano de 1990 junto aos quatro professores que formaram a Banca Examinadora: Richard L. Bushman, na área de História dos Estados Unidos durante a Era Colonial; Barbara J. Fields, na área de História dos Estados Unidos ao longo do século XIX; Elizabeth Blackmar, na área de História dos Estados Unidos neste

século XX; e David Cannadine, na área de História da Grã-Bretanha, no período de 1688 a 1832. Cada um destes professores tinha um sistema diferente de trabalho. Alguns pediram trabalhos escritos periódicos, enquanto outros me pediram entrevistas mensais com relatos orais de leituras determinadas nas longas bibliografias dos exames.

Em janeiro de 1991 fui aprovada nos exames orais com “high pass”, tendo obtido com isso o título de M.Phil. em História. Comecei a partir deste momento a escrever o meu projeto de tese de doutorado e a me preparar para o exame de qualificação de projeto, a última etapa para eu conseguir acesso ao doutorado. Em abril de 1991 defendi projeto de tese sobre “História Comparada do Abolicionismo nos Estados Unidos e no Brasil” (“Prospectus for a dissertation on Comparative Abolitionism”, 70 páginas) perante a seguinte Banca Examinadora: professores Barbara J. Fields, Eric Foner, Elizabeth Blackmar e Richard Bushman. Com a minha aprovação, tornei-me de fato doutoranda, quase três anos após o início dos meus estudos de pós-graduação na Universidade de Columbia.

Neste meio tempo eu já tratara de encaminhar pedido de prorrogação do meu afastamento da UNICAMP, com prejuízo de vencimentos, por mais dois anos. Através deste relato detalhado do sistema de pós-graduação da Universidade de Columbia, pode-se perceber que fazer o doutorado nos Estados Unidos é impossível a não ser que se permaneça lá por um mínimo de quatro anos. Mesmo assim, isto é muito pouco; em geral os estudantes americanos se doutoram após seis ou sete anos de estudo.

Mas, é claro, ao ganhar uma bolsa da Fulbright para fazer o doutorado, eu não imaginava um sistema acadêmico de Pós-Graduação com tantas barreiras internas de exames para obtenção

de *status* e títulos. Por sorte, contei com a compreensão de meus colegas da UNICAMP que me concederam mais dois anos de afastamento, com prejuízo de vencimentos. Devido, porém, a problemas de legislação eleitoral - conforme explicação da professora Maria Stella Martins Bresciani, Chefe do Departamento de História, em carta de 29 de maio de 1990 - acabei recebendo os salários referentes ao período de julho de 1989 a dezembro de 1990.

Após a defesa do projeto de tese de doutorado em abril de 1991, restavam-me apenas um ano e três meses para eu fazer a pesquisa antes do término do meu afastamento da UNICAMP, previsto para julho de 1992. De abril de 1991 a janeiro de 1992 pesquisei intensamente, de segunda-feira a sábado. Eu me sentia de fato numa corrida contra o tempo, pois sabia que esta era a minha única chance de pesquisar as fontes primárias do abolicionismo nos Estados Unidos. Se eu voltasse para o Brasil sem completar esta pesquisa, eu não conseguiria fazer uma tese em história comparativa. Além de pesquisar fontes primárias dos Estados Unidos, encontrei também fontes primárias do abolicionismo no Brasil em diversas bibliotecas de New York.

A pesquisa foi interrompida por um telefonema em meados de janeiro de 1992 da Diretora do IFCH da UNICAMP, professora Mariza Correa, avisando-me que o meu afastamento já havia terminado e que eu era esperada de volta às minhas funções na Universidade. Nunca consegui compreender esse estranho desencontro de informações. Afinal o Departamento de História, e depois a Congregação do IFCH, haviam prorrogado meu afastamento, com prejuízo de vencimentos, por mais dois anos, isto é, de 1º de agosto de 1990 a 31 de julho de 1992. Eu estava certa disto porque havia recebido uma carta formal da chefe do Departamento de História, Maria Stella Bresciani, datada de 29 de maio de 1990, informando-me da decisão favorável do

Departamento neste sentido. Recebi também cópia da Ata da Décima Reunião do Conselho do Departamento de História, realizada em 9 de maio de 1990, em que se anunciava a decisão de contratar professor substituto, mediante o emprego da minha verba, durante o meu período de afastamento, ou seja, um ano e sete meses, a partir de 2 de janeiro de 1991. Posteriormente, recebi cópia da Ata da Trigésima Sétima Reunião da Sessão Ordinária da Congregação do IFCH, realizada em 1º de agosto de 1990, confirmando esta decisão (havia, porém, uma informação errônea nesta Ata da Congregação, isto é, a de que a prorrogação de meu afastamento por mais dois anos seria sem prejuízo de vencimentos).

Nunca fui informada de que posteriormente estas decisões tenham sido recusadas em outra instância universitária, ou melhor, que o meu afastamento tivesse sido reduzido em sete meses. O fato para mim era ainda mais estranho, porque como eu já não estava recebendo salários da UNICAMP desde janeiro de 1991, eu decerto não estava a onerar em nada a Universidade. Por outro lado, eu vinha cumprindo as minhas obrigações a contento, e meus relatórios, assim como todos os relatórios de minha orientadora no LASPAU, Ms. Sonia Wallenberg, dirigidos ao Departamento de História da UNICAMP, atestavam isto plenamente.

Neste meio tempo, para compensar a falta do salário desde janeiro de 1991, e também o término da bolsa da Fulbright em agosto de 1991, eu havia concorrido e conseguido uma bolsa da Universidade de Columbia, a President's Fellowship, para o "Spring Term" (janeiro a maio de 1992). A Fulbright, entretanto, com base na avaliação positiva do meu desempenho no Doutorado, decidiu estender minha bolsa de estudos até dezembro de 1991, incluindo ainda o pagamento da semestralidade da Universidade de Columbia, referente ao primeiro semestre de

1992.

O retorno ao Brasil neste momento significaria a perda da bolsa de estudos concedida pela Universidade de Columbia, sob a condição, porém, de que eu permanecesse em residência e trabalhando em período integral na minha tese de doutorado. Significaria também perder o pagamento da semestralidade: a Fulbright só faria esse pagamento, caso eu permanecesse nos Estados Unidos para trabalhar em tempo integral na tese. Além disso, havia compromissos: em janeiro de 1992 eu iniciara minha participação em um Seminário quinzenal de doutorandos em História dos Estados Unidos, subsidiado pela Mellon Foundation e coordenado pela professora Elizabeth Blackmar da Universidade de Columbia. Eu já estava inclusive inscrita para apresentar o primeiro capítulo da minha tese em maio de 1992.

Todas estas explicações foram prestadas à professora Mariza Correa que as aceitou e, na condição de Diretora do IFCH, decidiu estender meu afastamento, agora sem prejuízo de vencimentos, por mais três meses, isto é, até 1º de junho de 1992.

De janeiro de 1992 a maio de 1992 finalizei às pressas a pesquisa e enfrentei o início da redação da tese de doutorado. Redigi os dois primeiros capítulos, tendo inclusive apresentado o primeiro capítulo, "Abolitionists in the United States and Brazil: An Overview" em 6 de maio de 1992, em reunião do mencionado Seminário de tese da Universidade de Columbia, patrocinado pela Mellon Foundation.

O RETORNO AO BRASIL E A UNICAMP

Voltei ao Brasil e retomei minhas funções na UNICAMP pontualmente, isto é, em 1 de junho de 1992. Entretanto, logo ao primeiro dia de trabalho fui informada que por alguma razão desconhecida por mim, meu afastamento havia se estendido até o final de julho de 1992 (ou seja, a data originalmente acertada para o meu retorno!). Logo depois, meu Relatório de Atividades de Doutorado recebeu Parecer plenamente favorável do Departamento de História (número 2 de 1992). O Parecer foi assinado pelo Prof. Edgar Salvadori De Decca, Diretor Associado do IFCH, em 6 de agosto de 1992. Este mesmo Relatório foi homologado pela Congregação do IFCH (número 101 de 1992), o que consta de Parecer datado de 1º de julho de 1992.

Nesse primeiro semestre de volta ao Brasil, recebi convite para proferir palestra durante o *Seminário "A Face Negra da América"*, promovido pela Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, em 1 de setembro de 1992, no Centro Cultural Vergueiro em São Paulo.

Em dezembro de 1992, após ter ministrado o curso "História Moderna II" para a graduação de História da UNICAMP, retomei a redação de minha tese de doutorado. De dezembro de 1992 ao final de março de 1993, redigi os outros dois capítulos, e mais a introdução e conclusão da tese. A Universidade de Columbia, ciente da minha impossibilidade de pagar a semestralidade referente ao segundo semestre de 1992 me liberou deste pagamento, com a condição, porém, que eu defendesse a tese até maio de 1993.

Em abril de 1993 o Departamento de História da UNICAMP me concedeu três semanas de afastamento, sem prejuízo de vencimentos, para que eu pudesse viajar para New York e

defender a tese de doutorado. Para esta viagem obtive auxílio do Fundo de Apoio ao Ensino e Pesquisa - FAEP - da UNICAMP. Também obtive auxílio da FAPESP para pagar a última semestralidade da Universidade de Columbia (cerca de 3 mil dólares).

A TESE DE DOUTORADO

A tese de doutorado - "On Hell and Paradise: Abolitionism in the United States and Brazil, A Comparative Perspective" (314 paginas) - foi defendida em 7 de maio de 1993 perante a seguinte Banca Examinadora: professores Barbara Jeanne Fields (orientadora), Elizabeth Blackmar (presidente da Banca), Eric Foner , Jean Franco e Nancy Priscilla Naro (os dois últimos como membros externos). Após a aprovação da tese, a Banca Examinadora me comunicou que decidira pela sua indicação para concorrer ao prêmio de publicação Bancroft de 1993. Este prêmio é concedido anualmente à melhor tese de doutorado em história da Universidade de Columbia.

Eu não fui a vencedora desse concurso; entretanto, recebi convite para publicar minha tese pela editora Garland Publishing Inc., em sua coleção "*Studies in African-American History and Culture*". Para transformá-la em livro, além de algumas pequenas modificações ao longo do texto, escrevi um prefácio, fiz um índice onomástico, e atualizei notas e bibliografias. O livro também terá outro título: *Abolitionism in the United States and Brazil: A Comparative Perspective* (200 páginas). Sua publicação está prevista para a terceira semana de novembro de 1995.

No Prefácio, incluído neste livro, tentei sintetizar minha contribuição neste estudo comparativo das ideologias abolicionistas nos Estados Unidos e no Brasil durante o século XIX. Inicialmente, em meu livro *Onda Negra, Medo Branco*, demonstrei como o mito do paraíso racial brasileiro começa a tomar forma nos escritos dos abolicionistas brasileiros nos anos de 1880. Mas o que eu não sabia, e só descobri ao fazer a pesquisa que constitui este segundo livro, é que a imagem do Brasil como um paraíso racial já circulava havia muito tempo, isto é, desde meados de 1830, entre os abolicionistas dos Estados Unidos, como parte de sua luta para derrotar os senhores de escravos sulistas e seus aliados nortistas. O exemplo contrário do Brasil - uma monarquia católica - onde o “Negro” era supostamente bem tratado tanto como escravo quanto como homem livre, era empregado para envergonhar os americanos brancos - protestantes e republicanos - e contribuir assim para o seu arrependimento do pecado duplo da escravidão e do racismo. Deste modo, ao comparar as ideologias abolicionistas, percebi que havia um discurso comparativo abolicionista produzido a partir das conexões internacionais entre abolicionistas. Esse discurso comparativo abolicionista foi posteriormente assimilado pela historiografia das relações raciais, cristalizando-se o imaginário do contraste entre os Estados Unidos e o Brasil, tal como um inferno racial contraposto a um paraíso racial.

ATIVIDADES COMO DOUTORA EM HISTÓRIA

Desde que me doutorei ofereci os seguintes cursos na Graduação do Departamento de História da UNICAMP: Tópico: "História do Racismo nas Américas" (primeiro semestre de

1993); “História dos Estados Unidos” (segundo semestre de 1993); “Teorias de História” (primeiro semestre de 1994); “Teorias de História” (primeiro semestre de 1995); e devo iniciar dentro de alguns dias o curso “História dos Estados Unidos”. Já no Pós-Graduação, ofereci o Tópico - "O Abolicionismo e suas Conexões Internacionais", para alunos de mestrado e doutorado, no segundo semestre de 1994.

Também em nível de Pós-Graduação, fui coordenadora da Linha de Pesquisa “História Social da Escravidão e do Racismo”, no segundo semestre de 1994. Como coordenadora, minha orientação foi desenvolver um programa de leituras da historiografia da escravidão, combinado com a apresentação de trabalhos de pesquisa em andamento de alunos da linha, ou de professores convidados.

Fiz também palestras e comunicações em encontros acadêmicos e escrevi artigos nesse período. Minha participação em eventos começou com a comunicação "Irmão ou Inimigo: Imagens do Escravo entre abolicionistas dos Estados Unidos e do Brasil", durante *VIII Jornada de Estudos Americanos* da Associação Brasileira de Estudos Americanos - ABEA, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1994. Durante o *XII Encontro Regional de História* da ANPUH, Núcleo Regional de São Paulo, realizado na UNICAMP de 5 a 7 de setembro de 1994, coordenei a mesa redonda "A História Comparada e a Construção da Memória", tendo feito uma apresentação sob este mesmo título, além de uma comunicação sobre "O Abolicionismo Inter Atlântico e a Memória do Paraíso Racial Brasileiro". Coordenei também nesse mesmo evento, a sessão de comunicação livre, "Aspectos da História da Família". Fiz parte também da comissão organizadora desse evento.

Publiquei também um artigo: "Abolicionismo e Memória das Relações Raciais", *Estudos Afro-Asiáticos*, n.26, Rio de Janeiro (setembro 1994): 5-19. Este artigo constitui a versão completa de artigo publicado parcialmente, e cujos cortes não foram feitos sob a minha supervisão, no *D.O. Leitura*, em 1988. Outros dois artigos encontram-se no prelo do *Boletim do Centro de Memória*: "Memória de um Historiador: Cleber da Silva Maciel"; e "O Projeto de Pesquisa: O Conteúdo e seus Itens". Este último artigo constitui-se em texto de orientação aos estudantes de História interessados em escrever um projeto de pesquisa. As sugestões apresentadas no sentido de como escrever um projeto seguem a orientação que dou aos meus alunos.

Há ainda uma resenha no prelo do *The Journal of American History* sobre o livro de Cyrus B. Dawsey and James M. Dawsey, eds., *The Confederados Old South Immigrants in Brazil* (Tuscaloosa and London: The University of Alabama Press, 1995).

Apresentei à revista *Ideias* do IFCH da UNICAMP, mas ainda aguardo resposta, o seguinte artigo: "O Abolicionismo Inter Atlântico e a Memória do Paraíso Racial Brasileiro".

Tenho feito parte de bancas examinadoras do Concurso de admissão ao Pós-Graduação em História, e de bancas examinadoras de tese. Particpei como titular de três bancas de tese de mestrado, sendo uma delas na Educação da UNICAMP; e como suplente, de duas bancas de tese. Estive também em três bancas de qualificação de Mestrado, e uma banca examinadora de monografia de graduação. Tenho sob minha orientação duas alunas, uma do Mestrado e outra do Doutorado.

Tenho prestado serviço como assessora *ad hoc* da FAPESP e também do PROPESP da

Universidade Federal do Pará. Participei também da Banca de Seleção de projetos apresentados ao *VII Concurso de Dotações à Pesquisa sobre "O Negro no Brasil"*, do Centro de Estudos Afro-Asiáticos com apoio da Fundação Ford, em maio de 1994.

Além da ANPUH, sou membro da ABEA, com sede na cidade do Rio de Janeiro e da American Historical Association - AHA, com sede em Washington, D.C..

Ao final do primeiro semestre de 1995 ingressei em outra linha de pesquisa do Departamento de História: "Mentalidade, Cultura e Gênero". Esta nova linha de pesquisa é muito promissora devido a sua orientação voltada para discussões teórico-historiográficas e interdisciplinares.

ATIVIDADE DE PESQUISA EM ANDAMENTO

Tenho um novo projeto de pesquisa que ainda aguarda neste momento resposta de pedido de bolsa tipo PQ (individual) junto ao CNPq. "Identidade, Cultura e Sociabilidade: Uma História Social da Maçonaria no Brasil (século XIX)" (55 páginas), apresentado ao CNPq em 17 de fevereiro de 1995, tem como objetivo contribuir para a redescoberta da história da maçonaria no Brasil no século XIX. A leitura de estudos históricos produzidos neste período, combinada com a percepção dos novos rumos que a historiografia de outros países vem iniciando neste campo, permitiu-me compreender a dimensão social da maçonaria.

Mais do que um clube secreto local voltado exclusivamente para os jogos dos bastidores políticos, a maçonaria propiciava um novo sentimento de identidade aos seus filiados. Ao serem

admitidos a uma loja, os iniciados começavam a partilhar de um universo simbólico peculiar, de um espaço cultural aberto às utopias de seu tempo, e de uma vasta rede de sociabilidade de carácter nacional e internacional.

Com base neste pressuposto, o de que a história da maçonaria encerra uma importante dimensão social no Brasil do século XIX, pretendo averiguar três hipóteses: 1. a maçonaria propiciava um espaço de aprendizado político entre seus iniciados, atuando, portanto, como um canal de aprendizado de *civilitas*, isto é, a arte de governo; 2. a maçonaria servia como canal de mobilidade social ao receber “Irmãos” de segmentos sociais distintos em suas lojas; atenção especial será dada aqui aos maçons de ascendência africana; 3. a maçonaria através de suas conexões internacionais teria propiciado o ambiente iluminista adequado para a inserção dos letrados brasileiros nos grandes debates intelectuais do mundo contemporâneo.

31 de julho de 1995